

ENTREVISTA

Ancestralidade, luta e resistência: Célio Leocádio e a justiça ambiental no Quilombo de Volta Miúda

DOI <https://doi.org/10.9771/asf169360>

Julio Cesar de Sá da Rocha^I

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8953-5006>

Cintia Beatriz Müller^{II}

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8372-6680>

Estela da Conceição Gonçalves da Silva^{III}

ORCID <https://orcid.org/0009-0002-7560-5664>

João Victor Azevedo da Costa^{IV}

ORCID <https://orcid.org/0009-0004-3683-4936>

Natalie Coelho Lessa^V

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3794-1579>

Pedro da Silva Costa Machado Milheiro^{VI}

ORCID <https://orcid.org/0009-0003-7484-664X>

Jeane Farias de Jesus^{VII}

ORCID <https://orcid.org/0009-0006-0840-8619>

Luiza Andrade de Sá Teles^{VIII}

ORCID <https://orcid.org/0009-0005-5795-1741>

Isabeli Guimarães Pinheiro dos Santos^{IX}

ORCID <https://orcid.org/0009-0003-9988-2276>

Karine Kely Dourado Santos^X

ORCID <https://orcid.org/0009-0003-1139-6864>

Silvio Nascimento Ribeiro^{XI}

ORCID <https://orcid.org/0009-0009-0803-0320>

Esta entrevista é fruto de um esforço coletivo da **Clínica de Direito de Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**. Sua realização se deu por meio de uma série de trocas de e-mails, conduzidas ao longo dos meses de **junho e julho de 2025**, que possibilitaram a construção cuidadosa das perguntas e respostas aqui apresentadas. O diálogo desenvolvido nesse período permitiu registrar com profundidade as reflexões e experiências compartilhadas por **Célio Leocádio**.

A equipe foi formada em 2025 por um grupo diverso e engajado, que atua de forma interdisciplinar na defesa de comunidades e territórios, na promoção da justiça ambiental e no enfrentamento ao racismo ambiental. A Coordenação-

Geral está a cargo de **Julio Cesar de Sá da Rocha**, com **Cintia Beatriz Müller** na Vice-Coordenação. A Coordenação Administrativa é exercida por **Estela Gonçalves**, que também atua, ao lado de **Silvio Nascimento Ribeiro**, na Coordenação de Diálogo com a Comunidade. A Coordenação de Estudos e Pesquisa é conduzida por **João Victor Azevedo da Costa** e **Cintia Beatriz Müller**, que também responde pela Coordenação de Formação. A Coordenação de Captação de Recursos é liderada por **Natalie Coelho Lessa**, enquanto a Coordenação de Comunicação e Memória está sob a responsabilidade de **Pedro da Silva Costa Machado Milheiro**. Unidos por um compromisso ético e social, os membros somam esforços para construir soluções jurídicas, políticas e pedagógicas voltadas à proteção ambiental e à promoção da justiça socioambiental.

Como uma atividade da Clínica tivemos a honra de entrevistar **Célio Leocádio**, liderança quilombola da Comunidade de Volta Miúda, localizada no extremo sul da Bahia. Sua trajetória, marcada pela articulação em espaços públicos, institucionais e comunitários, o posiciona como uma voz legítima e necessária na luta contra a invisibilização e o apagamento das comunidades tradicionais. Nesta entrevista, Célio Leocádio nos convida a refletir sobre justiça ambiental a partir das vozes que historicamente foram silenciadas, mas que hoje se erguem com força e legitimidade para reivindicar um futuro onde dignidade, ancestralidade e território caminhem lado a lado.

O que significa ancestralidade na vivência quilombola para você? A partir dessa compreensão, que legado você gostaria de deixar para sua comunidade e para o movimento quilombola?

Célio: Ancestralidade para o Quilombo é um espaço de memória, de conhecimentos e preservação de saberes históricos e culturais dos nossos antepassados. É manter vivo tudo aquilo que foi passado de geração em geração. Um dos legados muito importante e acredito ser o principal é a demarcação e titulação do nosso território. Isso com certeza nós proporcionará um avanço muito grande rumo a garantias de outros direitos como meios de sustento dos quilombolas desta comunidade, a continuidade das manifestações culturais entre outros.

De que forma as articulações promovidas por você, em parceria com instituições que atuam na melhoria das condições de vida em Volta Miúda, podem servir de exemplo e inspiração para outras comunidades quilombolas da Bahia, especialmente aquelas localizadas no interior, onde o tema ainda enfrenta pouca visibilidade?

Célio: É importante destacar que sozinho não conseguimos avançar. É necessário caminhar juntos com instituições que possa agregar. Quero aqui falar da parceria que temos com a Associação Quilombola Rio do Sul, através do seu presidente Benedito dos Santos Quintiliano que não tem medido esforços para caminharmos juntos na luta pelo nosso povo. E temos tantas outras como a UFBA, UFSB, UNEB, MPF, DPU que contribuem para o avanço da luta e de conquistas desta comunidade. Um passo importante é conhecer as instituições abertas a parceria, depois aproximar essas instituições para dialogar meios que possam favorecer esse processo. É importante usar as redes sociais para divulgar a luta da comunidade.

Quais mecanismos seriam possíveis e de interesse dos jovens para mobilização e comunicação na comunidade e para a população baiana no intuito de multiplicação da luta Quilombola? (jovens: meninas, mulheres, meninos e homens).

Célio: As redes sociais são instrumentos importantes para a comunicação entre os jovens. Mas é necessário entender que a educação é libertadora. Portanto é importante incentivar os jovens a entrar na Universidade. E desenvolver atividades voltadas para esse público na comunidade.

Quais mecanismos seriam importantes para resguardar os griots (mulheres e homens) para o resguardo da história do quilombo?

É importante manter as manifestações culturais, denunciar as injustiças, cuidar dos mais velhos, registrar memórias, trabalhar em parceria, retomar os costumes ancestrais esquecidos.

Quais mecanismos possíveis seriam importantes para desenvolver atividades socioambientais e sua integração para com a agricultura familiar, desenvolvimento de atividades turísticas e formativas em uma cultura quilombola?

Célio: Desenvolver projetos de preservação do meio ambiente, como reflorestamento de nascente, trabalhar a agricultura familiar no sistema agroecológico, fazer uso da fitoterapia, manter os costumes tradicionais e respeitar o cuidado socioambiental. É importante trabalhar ecoturismo nas comunidades quilombolas com trilhas ecológicas, eventos tradicionais, comercialização de comidas típicas e outros produtos, além de cursos, oficinas, seminários e congressos turísticos.

Como as redes sociais e outras ferramentas digitais têm contribuído (ou não) para dar visibilidade às lutas e demandas da Comunidade de Volta Miúda? Quais são os limites e potencialidades dessas ferramentas na sua experiência?

Célio: As redes sociais têm papel importante no processo de comunicação no quilombo, pois é instantâneo. As informações chegam às pessoas com muita rapidez, isso tem sido importante tanto para denúncias de irregularidades de instituições que tem atividades que impactam negativamente a comunidade quanto para divulgação dos trabalhos internos. É importante ressaltar que a internet é um recurso que ainda não atende a comunidade dentro do esperado, mas contribui significativamente. A visibilidade fora da comunidade é sucesso absoluta. A nossa luta alcançou vários países e tem provocado encontros internacionais, entrevistas a programa de televisão renomado, palestras em Universidade nos Estados Unidos as quais acabei de fazer recentemente para mostrar a nossa história e lutas por dias melhores para comunidade.

Na sua vivência, qual tem sido o papel do Judiciário, do Ministério Público e de outras instituições do sistema de Justiça nas lutas da sua comunidade? Essas instituições têm sido aliadas na garantia de direitos ou, por vezes, também representam obstáculos?

Célio: Essas instituições têm sido ao longo do tempo, parceiras fortes na defesa das comunidades, em especial de Volta Miúda. Temos vários processos juntos a esses órgãos. Alguns julgados como é o caso do processo contra a empresa de monocultura de eucalipto Suzano que não queria liberar a passagem da rede de energia para atender uma parte da comunidade, e o juiz deferiu favoravelmente para nós. E outras, como

audiência pública das comunidades quilombolas que realizamos em 2022 em Teixeira de Freitas. Atualmente estamos contando com a parceria da Faculdade de Direito da UFBA com a coordenação do doutor Júlio César na construção do protocolo de consulta pública das comunidades quilombolas de Volta Miúda e Rio do Sul e outras questões em que o Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União tem agido em nosso favor.

Como a interferência de empreendimentos nas decisões do Estado tem afetado a vida da sua comunidade? Você identifica impactos concretos dessa influência no cotidiano de Volta Miúda?

Célio: Atualmente as comunidades quilombolas do território, especialmente Volta Miúda e Rio do Sul estão em um conflito acirrado contra a empresa de monocultura de eucalipto em torno de uma estrada que está sendo construída por essa empresas para transporte de madeira por uma carreta imensa chamada de hexa trem carregando madeira de três carretas em uma. Essa estrada está causando muitos transtornos para essas comunidades, com morte e outros transtornos. Esses e outros empreendimentos muitas vezes têm liberação de órgãos dos governos mesmo sem estudos dos impactos que isso pode causar às comunidades.

A comunidade de Volta Miúda foi consultada sobre o PL 2.159/2021, que propõe a flexibilização do licenciamento ambiental? Você tem conhecimento de outras comunidades quilombolas ou tradicionais que tenham sido ouvidas durante a elaboração e tramitação desse projeto?

Célio: Volta Miúda e Rio do Sul não foram consultadas e desconheço alguma comunidade que foi consultada.

Quais são, na sua visão, os principais impactos socioambientais que o PL 2.159/2021 pode trazer para as comunidades quilombolas, especialmente em relação à proteção dos territórios, à segurança ambiental e à autonomia das populações tradicionais?

Célio: O fato de não sermos consultados é um problema. Acredito que ele não atende os requisitos básicos que as comunidades quilombolas precisam, sobretudo na soberania popular desse povo e proteção dos direitos socioambientais e territoriais dos quilombolas.

Você acredita que as decisões políticas e os impactos ambientais que atingem Volta Miúda e outras comunidades quilombolas são exemplos de racismo ambiental? Como esse racismo se manifesta no cotidiano da sua comunidade?

Célio: Sem dúvida. O racismo ambiental está presente na comunidade quando ela é impedida de usufruir dos recursos ambientais para o seu sustento, para o desenvolvimento de suas práticas culturais, da agricultura familiar. Temos muitos exemplos, como a ocupação de terras quilombolas por grileiros, a poluição dos rios e nascentes pela monocultura, o impedimento de usar as próprias estradas vicinais das comunidades, a extinção de plantas e animais nativos.

Quais são, na sua visão, os principais impactos socioambientais que o PL 2.159/2021 pode trazer para as comunidades quilombolas, especialmente em relação à proteção dos territórios, à segurança ambiental e à autonomia das populações tradicionais?

Célio: O fato de não sermos consultados é um problema. Acredito que ele não atende os requisitos básicos que as comunidades quilombolas precisam, sobretudo na soberania popular desse povo e proteção dos direitos socioambientais e territoriais dos quilombolas.

Na sua experiência, o racismo ambiental que atinge comunidades quilombolas como Volta Miúda tem sido reconhecido pelas autoridades e instituições públicas? Ou você sente que ainda há negação e invisibilidade sobre esse tema?

Célio: A meu ver, o racismo ambiental nos quilombos como Volta Miúda e Rio do Sul, parece ser reconhecido pelas lideranças dessas comunidades e algumas instituições como universidades, mas os demais órgãos não percebem dessa forma e acham que é mais uma invenção dessas comunidades.

Para encerrar, que mensagem você gostaria de deixar para as novas gerações quilombolas e para todas as pessoas que lutam por justiça ambiental e pelo reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais no Brasil?

Célio: Nunca desistir da luta. É árdua e cansativa, o processo é lento. Mas quando lembramos de pessoas que perderam suas vidas para que possamos chegar onde estamos, é preciso manter firmes na luta por dias melhores para as próximas gerações. É necessário lutarmos pela nossa sobrevivência, pois se desistirmos seremos derrotados e até mesmo exterminados.

Encerramos esta entrevista certos de que as palavras de Célio Leocádio ecoam muito além das linhas aqui registradas. Sua fala reafirma que a luta pela justiça ambiental e pelo reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais não é apenas uma pauta jurídica ou política, mas um compromisso ético com a vida, a memória e o futuro coletivo ancestral.

A Clínica de Direito de Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental da UFBA agradece a generosidade de Célio em compartilhar sua trajetória e seus aprendizados, certos de que estes registros contribuirão para fortalecer redes de solidariedade e ação. Que esta conversa inspire novas alianças e reafirme o caminho coletivo pela dignidade, pela ancestralidade e por um mundo ambientalmente justo.

Aceito em 15 Set. 2025.

Publicado em 14 Out. 2025

^I Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, Professor e pesquisador do PPGD/UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado, Direito e Direitos Humanos: interações sociedade, comunidades tradicionais e meio ambiente. Coordenador da Clínica de Direito Justiça Ambiental e enfrentamento do Racismo Ambiental, FADir/UFBA, juliorochaufba@gmail.com

^{II} Professora do Departamento de Antropologia e Etnologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, FFCH/UFBA, e da Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade, FADir/SEAD/UFBA. Integrante do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia e da Clínica de Direito Justiça Ambiental e enfrentamento do Racismo Ambiental, FADir/UFBA, cintia.beatriz@ufba.br

^{III} Advogada, Especialista em Direito Público, com atuação nas áreas de justiça socioambiental, direitos humanos e combate ao racismo ambiental. Integrante da Clínica de Direito, Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, FADir/UFBA.

^{IV} Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante da Clínica de Direito e Justiça Ambiental e enfrentamento do Racismo Ambiental, FADir/UFBA.

^V Doutora em Direito (UFBA). Advogada, professora e pesquisadora em Direito Ambiental, Direitos Humanos e Constitucionalismo Latino-Americano. Integrante da Clínica de Direito, Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, FADir/UFBA.

^{VI} Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Integrante da Clínica de Direito, Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, FADir/UFBA.

^{VII} Graduanda em Humanidades e com ênfase em Estudos Jurídicos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

^{VIII} Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

^{IX} Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

^X Téc. Ambiental e graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

^{XI} Professor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Membro do Projeto ACERVIVO - História, Cultura e Ambiente. Integrante da Comunidade da Clínica de Direito, Justiça Ambiental e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, FADir/UFBA.